

CEMIG SAÚDE

Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019 (1º TRIMESTRE DE 2019)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEMIG SAÚDE (“Entidade”) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em Assembleia Geral de 29/03/2010, pelas patrocinadoras: (i) Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; (ii) CEMIG Distribuição S.A.; (iii) CEMIG Geração e Transmissão S.A.; (iv) Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ; (v) Companhia de Gás de Minas Gerais S.A. - GASMIG; (vi) CEMIG Telecom S.A.; (vii) e Sá Carvalho S.A. Após sua constituição, as patrocinadoras Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI e Efficientia passaram a integrar também este Grupo de Entidades. A Entidade está domiciliada no Brasil, na Avenida Barbacena 472, 4º ao 8º andar, e 12º andar, bairro Barro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais.

A CEMIG SAÚDE tem por finalidade oferecer a assistência suplementar à saúde, na modalidade de autogestão, especialmente por meio da operação de planos privados de assistência à saúde, bem como as ações necessárias à prevenção de doenças e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde dos seus beneficiários.

Em 01/07/2010, a CEMIG SAÚDE iniciou suas atividades administrativas. A partir de 01/10/2010, após aprovação da ANS, por meio do Ofício 2626/2010/GGEOP/DIPRO/ANS, de 16/09/2010, houve a transferência da carteira de beneficiários do plano de saúde Prosaúde Integrado da Cemig (“PSI”), pertencente à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, para a CEMIG SAÚDE.

O Prosaúde Integrado está registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sob o nº 443959037 e 41750-5 o registro da operadora, e, é composto de dois programas:

- Programa de Referência de Assistência à Saúde - PRAS: referente à cobertura assistencial nos segmentos ambulatorial e hospitalar com obstetrícia; e
- Programa de Garantias Especiais - PGE: referente ao reembolso parcial de despesas assistenciais com odontologia, medicamentos, ótica e outros.

Em MARÇO DE 2019, a CEMIG SAÚDE possui 58.324 beneficiários (58.439 em DEZEMBRO DE 2018).

É entendimento da Administração e de seus Consultores Jurídicos especializados nos aspectos tributários que, considerando as atividades desenvolvidas pela Entidade:

- A entidade goza de isenção fiscal em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, nos termos do artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

- A entidade goza de isenção em relação à COFINS relativa às suas atividades próprias, nos termos do artigo 14, inciso X da Medida Provisória n.º 2.158-35/2001, estando obrigada ao recolhimento da contribuição ao PIS sobre a folha de salários, nos termos do artigo 13, inciso IV da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.
- A entidade não apresenta base de cálculo para recolhimento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, justificando-se essa condição pelos seguintes motivos:
 - (i) Os valores recebidos dos beneficiários pela intermediação dos serviços de assistência à saúde são integralmente repassados aos prestadores de serviços médicos, nos termos da disposição estatutária. Assim não há base tributável para a incidência do referido imposto.
 - (ii) As receitas advindas das Patrocinadoras não se configuram como pagamentos por prestação de serviços e, portanto, não se configura o critério material para incidência do ISSQN.
 - (iii) Os pagamentos por contratos de “intercâmbio eventual por responsabilidade assumida” também não configuram prestação de serviço.
 - (iv) Os valores recebidos a título de atendimento de saúde ocupacional não configuram prestação de serviço, mas mera intermediação da prestação.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 31/03/2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e em conformidade às normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – Apresentadas para fins de comparabilidade.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. A conciliação da atividade operacional, pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 21.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

- a) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos.
- b) **Custo:** Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), calculada por metodologia própria, conforme RN 393/15 e suas alterações, cuja Nota Técnica Atuarial foi submetida e aprovada pela ANS em 30/09/2013.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento.

2.2.4 Aplicações

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras são avaliadas ao seu valor justo (vide Nota Explicativa nº 3).

2.2.5 Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à:

Preços preestabelecidos - Conta de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, conforme o período de cobertura do risco assistencial.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos.

A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.6 Créditos de Op. Assist. À Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de Receitas não relacionadas ao plano de saúde da Operadora.

A provisão para perdas sobre créditos com operações não relacionadas ao plano é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias.

A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7.

Através de avaliação e formalização interna da entidade, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida (vide Nota Explicativa nº 8).

2.2.9 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação presente decorrente de evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas

São calculadas com base em metodologia própria (conforme estabelecida pela RN ANS nº 393/15 e alterações posteriores), excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora.

2.2.12 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

- a) **Ativos Contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) **Passivos Contingentes:** Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e
- c) **Obrigações Legais:** São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

NOTA 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Garantidoras de Provisões Técnicas

	Posição em:	
	31/03/2019	31/12/2018
Caixa Econômica Federal (a)	90.908.746	89.630.606
Subtotal	90.908.746	89.630.606

b) Livres

Bradesco BNP Paribas (b)	158.088.833	162.230.451
Subtotal	158.088.833	162.230.451
TOTAL	248.997.579	251.861.058

- (a) A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS, (vide Nota Explicativa nº 9).
- (b) As reservas livres da CEMIG SAÚDE atualmente estão aplicadas no Fundo FIC Pampulha, fundo de investimento da Cemig e suas controladas e coligadas e também da patrocinada Cemig Saúde, e que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da patrocinadora. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas. Esses fundos são avaliados pelo valor de mercado com quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos são reconhecidos pela variação das quotas deduzidos do imposto de renda.

NOTA 4. CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da entidade, conforme segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Contraprestação pecuniária a receber (a)		
Faturas a receber - Pessoa jurídica	31.280.697	36.010.228
(-) Provisão para perdas sobre créditos (a) e (c)	(983.061)	(1.323.919)
SUBTOTAL I	30.297.636	34.686.309
Outros créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Participação dos beneficiários em eventos (b)	9.385.141	8.245.614
(-) Provisão para perdas sobre créditos (b) e (c)	(1.093.223)	(1.152.823)
SUBTOTAL II	8.291.919	7.092.791
TOTAL	38.589.555	41.779.100

(a) Contraprestações pecuniárias a receber:

Refere-se às contribuições a receber das patrocinadoras e seus beneficiários. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme se segue:

	<u>31/03/2019</u>	Variação %	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
A vencer	30.145.771	-16%	34.820.337
Até 90 dias	354.560	-19%	422.516
Há mais de 90 dias	780.366	2%	767.375
TOTAL	<u>31.280.697</u>	-15%	<u>36.010.228</u>

A quitação do saldo de contas a receber assistencial de mensalidade acontece no mês subsequente ao fato gerador e dessa forma, grande parte do saldo em aberto em 31/03/2019 será liquidado em abril/2019.

(b) Outros créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde:

Refere-se à coparticipação a receber dos beneficiários em eventos com assistência médica, conforme previsto no regulamento do PSI registrado na ANS, respeitando o limite de R\$ 459,93 no mês.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/03/2019</u>	Variação %	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
A vencer	8.271.476	16%	6.942.766
Até 90 dias	72.249	-301%	289.465
Há mais de 90 dias	1.041.416	3%	1.013.383
TOTAL	<u>9.385.141</u>	12%	<u>8.245.614</u>

A quitação do saldo de contas a receber assistencial de mensalidade acontece no mês subsequente ao fato gerador e dessa forma, grande parte do saldo em aberto em 31/03/2019 será liquidado em abril/2019.

Provisão para Perdas sobre Créditos:

Conforme previsto na Resolução Normativa nº 435 de 23/11/2018, da ANS e alterações posteriores, a provisão para perdas sobre créditos de operações com plano de saúde é constituída sobre valores a receber de contratos de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias. Assim, o cálculo da provisão considera o saldo a receber do contrato

global com o beneficiário quando há nesse contrato, uma fatura vencida a mais de 90 dias.

NOTA 5. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Estão compostos da seguinte maneira:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Crédito de INSS (i)	9.336.419	9.336.419
TOTAL	<u>9.336.419</u>	<u>9.336.419</u>

(i) Crédito de INSS (Recuperações de despesas)

Diante do êxito no processo de INSS cota patronal sobre serviços contratados de cooperativas de trabalho médico, em março de 2015 com alíquota de 15%, conforme sentença datada de 23/02/2015 e transitada em julgado no dia 12/08/2015, a entidade iniciou o processo de recuperação do valor pago desse encargo do período de outubro/2010 até fevereiro/2015. Esse montante pago até competência de fevereiro/2015 corrigido foi compensado no pagamento da cota patronal do INSS da entidade (27,8% - INSS Patronal, Seguro Acidente do Trabalho e Terceiros) e, totalizou em setembro/2016 o saldo de R\$ 19,5 milhões. Nesta data, a compensação foi paralisada e houve o pedido de restituição por meio de precatório.

O precatório foi recusado pela Procuradoria da Fazenda Nacional e impugnado R\$ 530 mil do saldo de R\$ 19,5 milhões. A dedução é justificada por algumas regras de atualização interpretadas de forma incorreta pela entidade e também algumas inconsistências nas GFIP's declaradas de outubro/2010 e janeiro/2011. Do saldo de R\$ 18,9 milhões registrado em 2017, foi recebido o valor de R\$ 11,8 milhões em Junho de 2018.

O saldo apresentado de R\$ 9,3 milhões refere-se ao valor residual à receber do crédito do precatório.

NOTA 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão assim compostos:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Ressarcimento ao SUS	358.520	355.630
Prov. Ev. Liquidar outros	226.934	223.608
PIS/COFINS (i)	9.147.045	8.107.801
Taxa Saúde Suplementar	1.005.370	948.156
Trabalhista	9.515	-
TOTAL	<u>9.742.015</u>	<u>9.635.195</u>

- (i) Referente ao mandado de segurança impetrado contra Delegacia da Receita Federal referente a não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades, visto que não se enquadram no conceito de faturamento. Esses valores são corrigidos mensalmente pela Selic.

NOTA 7. IMOBILIZADO

					Posição em:
	31/03/2019				31/12/2018
	Tx. Depreciação Acumulada%	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado					
Equipamento de informática	20%	1.334.144	1.002.460	331.684	367.813
Móveis e utensílios	10%	1.409.775	1.129.971	279.804	291.469
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.170.300	968.791	201.509	214.685
TOTAL		3.914.219	3.101.222	812.997	873.968

No período ora evidenciado, a entidade efetuou, internamente, estudos para verificar a possibilidade de determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, conseqüentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto no CPC-27 - Ativo Imobilizado.

Como resultado deste estudo, a administração da entidade decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas até o momento. A presente decisão também é ratificada pela pequena representatividade do ativo imobilizado no patrimônio total da entidade.

NOTA 8. INTANGÍVEL

					Posição em:
	31/03/2019				31/12/2018
	Tx. anual de Amortização%	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida – 5 anos					
Software	20%	13.585.187	8.061.169	5.524.019	6.024.907
TOTAL		13.585.187	8.061.169	5.524.019	6.024.907

NOTA 9. PROVISÕES TÉCNICAS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Provisão de Eventos a Liquidar (i)	32.740.193	41.598.864
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (ii)	2.244.344	2.512.300
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (iii)	40.290.614	44.105.389
TOTAL CURTO PRAZO	<u>75.275.151</u>	<u>88.216.554</u>
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS (iv)	358.520	355.630
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores (v)	226.934	223.608
TOTAL LONGO PRAZO	<u>585.454</u>	<u>579.238</u>
TOTAL	<u>75.860.605</u>	<u>88.795.792</u>

- (i) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à entidade;
- (ii) A entidade tem registrado nessa conta, eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS;
- (iii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia própria, através de nota técnica atuarial aprovada pela ANS.
- (iv) Referem-se ao valor em depósito judicial dos questionamentos em relação ao Ressarcimento ao SUS.
- (v) Referem-se a causas movidas por beneficiários do plano, que reivindicam o reembolso e ampliação de coberturas assistenciais não previstas no rol de procedimentos, eventos em saúde e inclusão de dependentes não previstos no regulamento no Plano de Saúde Integrado – PSI.

NOTA 10. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

São registrados neste grupo os tributos e valores a recolher retidos na fonte pagadora, referentes aos serviços médico-hospitalares e administrativos. Neste saldo, também são apresentados os encargos devidos na folha de salários.

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
IRRF	541.523	434.504
INSS	1.251.529	1.077.841
ISSQN	170.574	361.469
PIS/COFINS/CSLL	1.011.973	576.842
FGTS	75.682	236.958
TOTAL	<u>3.051.281</u>	<u>2.687.614</u>

NOTA 11. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Fornecedores (i)	1.650.246	2.273.227
Obrigações com Pessoal (ii)	893.690	1.920.702
Prog. Assist. e Cult. aos Participantes	3.756	292.329
TOTAL	<u>2.547.691</u>	<u>4.486.258</u>

- (i) Composto por valores a pagar aos fornecedores de serviços e de bens administrativos;
- (ii) As obrigações com pessoal apresentam os valores provisionados de férias, 13º salário e encargos devidos nas provisões. Excetuando o mês de dezembro, não há 13º salário no saldo de passivo a liquidar de obrigações com pessoal.

NOTA 12. PROVISÕES

Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os valores estão garantidos através de depósitos judiciais destacados na Nota Explicativa nº 6, cujos valores provisionados estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Circulante		
Ações trabalhistas	18.778	9.082
Total	<u>18.778</u>	<u>9.082</u>
Não Circulante		
Cíveis (i)	1.590.824	1.527.394
PIS/COFINS ADM FORLUZ (ii)	8.141.675	8.044.036
Demais Provisões de Longo Prazo (iii)	12.161.551	11.692.089
Total Não Circulante	<u>21.894.050</u>	<u>21.263.519</u>
Total das Provisões	<u>21.912.828</u>	<u>21.272.601</u>

- (i) Os processos cíveis referem-se à ação da taxa ANS e para esse processo, destaca-se que há depósito em juízo efetuado pela Forluz antes da cisão em outubro de 2010.

- (ii) Referente ao mandado de segurança impetrado contra Delegacia da Receita Federal referente a não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades, visto que não se enquadram no conceito de faturamento. Esses valores são corrigidos mensalmente pela Selic.
- (iii) Refere-se a provisão para Processo de INSS patronal devido na contratação de autônomos. Destaca-se que, neste processo foi obtido pela Entidade uma liminar judicial. Essa liminar sustentou a decisão de suspensão dos pagamentos e somente lançamento das provisões mensais até a obtenção do trânsito em julgado da sentença judicial. Complementa-se que esse processo apresenta conforme análise do advogado, êxito provável e também jurisprudência pacificada sobre o tema que também é favorável a operadora, entretanto, houve a decisão conservadora de se manter o provisionamento até o trânsito em julgado. O fato justifica o provisionamento de litígio com possibilidade de perda possível.

Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. Esses processos são de cunho trabalhistas de empregados de empresas terceirizadas da Cemig Saúde e processos cíveis referentes a ações de beneficiários junto à operadora.

A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Trabalhistas	678.559	760.399
Cíveis	7.532.942	6.775.814
TOTAL	<u>8.211.502</u>	<u>7.536.213</u>

NOTA 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Considerando a natureza jurídica da CEMIG SAÚDE, seu Patrimônio Social é constituído pelos superávits e déficits acumulados.

Adicionalmente destaca-se que os critérios da margem de solvência e do Patrimônio Mínimo Ajustado estão superiores aos exigidos pelas normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ou seja, esses critérios foram integralmente atendidos pela Cemig Saúde que está suficiente nesse quesito da margem de solvência e que, por meio desse indicador, demonstra capacidade financeira para a gestão de suas operações.

NOTA 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas junto a partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a entidade e as patrocinadoras.

	Posição em:	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo		
Contraprestações a receber		
Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG)	200.947	372.455
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	18.923.548	33.996.050
Sá Carvalho S.A.	13.358	25.129
INDI	44.189	-
Efficientia	3.844	13.912
Fundação Forluminas de Seguridade Social	<u>13.287.233</u>	<u>282.531</u>
Total	<u>32.473.118</u>	<u>34.690.077</u>
Passivo		
Contas a pagar		
Fundação Forluminas de Seguridade Social	<u>163.601</u>	290.510
Total	<u>163.601</u>	<u>290.510</u>
Resultado		
Contraprestações Efetivas		
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	41.061.569	51.039.657
Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG)	209.528	409.545
Sá Carvalho S.A.	13.268	27.895
Efficientia	3.277	7.608
Fundação Forluminas de Seguridade Social	140.814	266.267
Instituto de Desenvolvimento Integrado	<u>47.572</u>	<u>91.292</u>
TOTAL	<u>41.576.028</u>	<u>51.842.263</u>

NOTA 15. RECEITAS DE CONTRAPRESTAÇÕES.

	Posição em:	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contraprestações Líquidas	88.406.283	111.940.443
TOTAL	<u>88.406.283</u>	<u>111.940.443</u>

As contraprestações são cobradas em conformidade com a tabela de contribuições divulgadas em regulamento e também há segregação entre a parte cabível a patrocinadora e a parte cabível ao participante. A apropriação da receita acontece por meio da cobertura mensal e

vigência do contrato que corresponde ao mês calendário de 1 a 30. No mês de adesão ao plano há cobrança pro-rata a partir da data de adesão.

NOTA 16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.

As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal próprio, com serviços de terceiros, com localização e funcionamento, com tributos, e diversas, como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Pessoal	5.238.949	6.355.358
Serviços de Terceiros	1.952.178	1.907.951
Despesas Gerais	843.512	972.210
Depreciação e Amortização	565.856	550.087
TOTAL	<u>8.600.495</u>	<u>9.785.606</u>

NOTA 17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Outras Receitas Oper. Não Relac. Plan. Saúde Op.		
Receitas c/ operações Assistência M. Hosp. (a)	443.289	447.048
Receitas c/ operações Assist. Odontológica (b)	1.763.268	1.640.607
Outras receitas operacionais	20.021	2.414
TOTAL	<u>2.226.578</u>	<u>2.090.068</u>
Outras Despesas Op. Não Relac. Plan. Saúde Op. (c)		
Desp. com Operações Assist. Médica Hosp.	442.146	846.864
Despesas com prestação de serviços Odontológicos	1.372.195	1.370.429
Outras Despesas Operacionais	98.771	43.876
TOTAL	<u>1.913.112</u>	<u>2.261.169</u>
RESULTADO	<u>313.466</u>	<u>(171.100)</u>

- (a) Refere-se ao repasse das patrocinadoras referente ao inventário periódico e acidente de trabalho, e a receita do Fundo Complementar de Assistência à Saúde;
- (b) Contribuições dos beneficiários destinados ao plano odontológico (Odontoprev intermediado pela Cemig Saúde);
- (c) As outras despesas operacionais são compostas por valores de despesa com inventário periódico e acidente de trabalho, despesas com o Fundo Complementar de Assistência à Saúde e a despesa com POD (plano odontológico).

NOTA 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2019</u>	<u>Posição em: 31/12/2018</u>
Receitas		
Receitas Aplicações Financeiras	3.875.189	3.657.563
Receitas por recebimento em atraso	61.058	302.256
Despesas		
Imposto sobre transações Financeiras (i)	367.948	1.119.456
Despesas Diversas	196.523	180.240
RESULTADO FINANCEIRO	<u>3.371.774</u>	<u>2.660.123</u>

- (i) Em maio e novembro de cada ano há a cobrança do come cotas que onera as despesas financeiras com o imposto de renda devido no resgate das aplicações.

NOTA 19. SEGUROS

A Operadora contratou, no período, seguros para cobrir o risco relacionado à utilização dos seus bens móveis, contemplando todos os móveis e utensílios integrantes do patrimônio registrado no Ativo Imobilizado e seguro de vida em grupo para cobrir os colaboradores que atualmente trabalham na Operadora.

Para essas coberturas foram contratadas as seguradoras:

- (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para os bens móveis apólice nº.: 0118.06.29.019-0; e
- (ii) Zurich Minas Brasil Seguros SA para o seguro de vida em grupo dos colaboradores apólice nº.: 22561 – Empregados; nº.: 22562 – Aposentados; nº.: 22563 – Estagiários.

NOTA 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

20.1. Considerações Gerais

A entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Aplicações Financeiras: A política de aplicações financeiras adotada pela administração estabelece as instituições com as quais a entidade pode operar, os limites de alocação de recursos e objetivos. No presente trimestre, as aplicações financeiras estão concentradas

em fundos. Essa estrutura viabiliza, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de outros fundos de investimento, o cumprimento da política de investimento dos recursos financeiros adotada pela entidade que busca uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança;

20.2 Gerenciamento de Risco

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da entidade, destaca-se:

Risco de Crédito: O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus associados e patrocinadores é atenuado pela característica desta entidade, demonstrado na nota explicativa “1” e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

NOTA 21. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
		Posição em:
		31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do período	8.094.546	9.801.995
Ajustes para conciliar o resultado:	4.035.848	(5.927.374)
Variação da PEONA	3.814.775	(5.181.292)
Depreciação e amortização	(565.856)	(1.129.307)
Constituição (Reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.702	(353.333)
Provisão Contingência	640.228	736.559
Resultado do Período Ajustado	4.058.699	15.729.369
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais	6.100.624	(23.978.808)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais	<u>(10.073.589)</u>	<u>8.230.488</u>
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>85.735</u>	<u>(18.951)</u>

DIRETORIA



Anderson Ferreira
Diretor Presidente



Stefano Dutra Vivenza
Diretor Administrativo e Financeiro



Marcos Barroso de Resende
Diretor de Relações com Participantes

RESPONSÁVEL TÉCNICO



André Sousa Braga
Contador
CRC-MG 089.165/O-1